



## AF — INVESTIMENTOS GESTÃO DE PATRIMÓNIOS, S. A.

### Relatório n.º 8-D/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 66 861; identificação de pessoa colectiva n.º 501884882; data da inscrição: 24 de Março de 2003.

Angelina Maria Bernardes da Luz Santos, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais da sociedade em epígrafe do ano de 2002.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 17 de Junho de 2005. —  
A Escriturária Superior, *Angelina Maria Bernardes da Luz Santos*.

### Relatório e contas de 2002

#### Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: José Afonso Gil.

Secretário: Rodrigo Aboim Ascensão de Sande e Lemos.

Conselho de administração:

Presidente: Fernando Jorge Filomeno de Figueiredo Ribeiro.

Vogal:

João do Passo Vicente Ribeiro.

Isabel Maria dos Santos Raposo.

Fiscal único:

Álvaro, Falcão & Associados (ROC efectivo).

Carlos Manuel Ruivo de Carvalho (ROC suplente).

Secretário da sociedade:

Amélia da Purificação M. Carvalho Branco Rodrigues (efectivo).

Luís Martinho Osório da Gama e Castro (suplente).

#### Cargos desempenhados pelos membros da mesa da assembleia geral

AF Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A.:

Presidente: José Afonso Gil:

Presidente da mesa da assembleia geral da AF Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Presidente da mesa da assembleia geral da AF Investimentos Fundos Mobiliários, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da AF Investimentos Fundos Imobiliários, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da Leasefactor, SGPS, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da Solução — Corretores e Consultores de Seguros, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da BCP Leasing, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da Corretores Gest, SGPS, S. A.

Secretário da mesa da assembleia geral da Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.

Secretário da mesa da assembleia geral da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A.

Secretário da mesa da assembleia geral da Seguro Directo Gere - Companhia de Seguros, S. A.

Vogal do conselho fiscal do Banco de Investimento Imobiliário, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da Reicatur — Sociedade Internacional de Turismo, S. A.

Secretário: Rodrigo Aboim Ascensão de Sande e Lemos:

Secretário da mesa da assembleia geral da AF Investimentos Fundos Imobiliários, S. A.

Presidente da mesa da assembleia geral da Leasefactor, SGPS, S. A.

Presidente do conselho fiscal da Comercial Imobiliária, S. A.

Presidente da Associação de Benef. e Refúgio Aboim Ascensão.

Director da Associação e Protecção à 1.ª Infância.

Presidente do conselho fiscal da Associação Portuguesa de Economia Agrária.

Vogal da assembleia repres. da ordem dos engenheiros.

Vogal do cons. disciplinar da Ordem dos Economistas.

#### Cargos desempenhados pelos membros do conselho de administração

Presidente: Fernando Jorge Filomeno Figueiredo Ribeiro:

Presidente do conselho de administração da AF Investimentos Fundos Mobiliários, S. A.

Presidente do conselho de administração da AF Investimentos Fundos Imobiliários, S. A.

Presidente do conselho de administração da F & C Portugal, Gestão de Patrimónios, S. A.

Presidente do conselho de administração da BCP Investimentos Internacional, S. A.

Presidente do conselho de administração da AF Investimentos Internacional, S. A.

Presidente do conselho de administração da Prime International, S. A.

Gerente da AF Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Gerente da AF Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Member of the Board Directors da F & C Management, Ltd.

Vogal: João do Passo Vicente Ribeiro:

Vogal do conselho de administração da AF Investimentos Fundos Mobiliários, S. A.

Vogal do conselho de administração da AF Investimentos Fundos Imobiliários, S. A.

Presidente do conselho de administração AF Investimentos Internacional, S. A.

Presidente do conselho de administração BCP Investimentos Internacional, S. A.

Presidente do conselho de administração Prime International, S. A.

Gerente da AF International, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Vogal: Isabel Maria dos Santos Raposo:

Vogal do conselho de administração da AF investimentos Fundos Mobiliários, S. A.

Vogal do conselho de administração da AF Investimentos Fundos Imobiliários, S. A.

Vogal do conselho de administração da AF Investimentos Internacional, S. A.

Vogal do BCP Investimentos Internacional, S. A.

Vogal do conselho de administração Prime International, S. A.

Vogal da AF Investments, Ltd.

Gerente da AF International, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Vogal do conselho de administração da F & C Portugal, Gestão de Patrimónios, S. A.

#### Estrutura accionista

A 31 de Dezembro de 2002, a AF Investimentos SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª, detém a 100% a AF Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A.

**Relatório do conselho de administração**

De acordo com as normas legais e estatutárias, o conselho de administração da AF Investimentos Gestão de Patrimónios, S. A., vem apresentar ao accionista, às autoridades supervisoras e ao público em geral o relatório e contas relativamente ao exercício de 2002.

**Breve análise da evolução dos mercados**

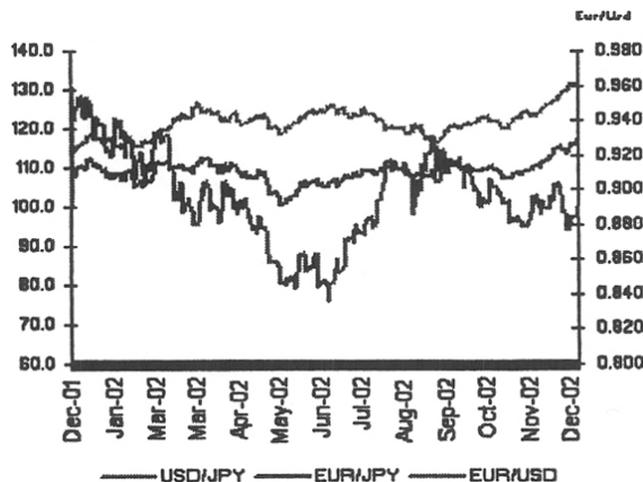
No ano de 2002 destacaram-se como acontecimentos mais relevantes: o agravamento das condições económicas globais já sentidas em 2001 com especial ênfase para as economias americana e europeia; a queda contínua dos níveis de confiança dos consumidores e investidores; o reforço, ao longo do ano, da Política Monetária expansionista adoptada pelas autoridades monetárias destes dois blocos económicos, com particular destaque para a actuação da Reserva Federal Americana, conduzindo a reduções das suas taxas de juro directoras para níveis *record* dos últimos 40 anos; a manutenção de um mau desempenho por parte da economia japonesa; o colapso da Argentina e os efeitos subsequentes na zona; a má *performance* da generalidade dos mercados de capitais a nível mundial, com especial destaque para os mercados de acções, onde os escândalos envolvendo a contabilidade de empresas como a Enron e a Worldcom, o espectro da guerra no Médio Oriente, o menor ritmo de crescimento económico e a consequência negativa deste nos resultados das empresas, aliada à revisão em baixa das expectativas geradas em torno da evolução destes mesmos números para os próximos anos, contribuíram para uma *performance* negativa, sem precedentes na última década.

**Mercado cambial**

Ao longo de 2002, a moeda única europeia recuperou em cerca de metade da queda registada desde 1999. Estes ganhos foram generalizados contra as principais moedas, excepção feita ao franco suíço que evoluiu num intervalo estreito ao longo do ano transacto (1,45 a 1,48 francos por euro). A maior subida ocorreu contra o dólar, passando de um mínimo de 0,86 dólares, no primeiro trimestre de 2002, para um máximo de 1,05 no final do ano. Numa conjuntura em que os EUA necessitam de um fluxo elevado e constante de financiamento externo, os períodos de aumento à aversão ao risco penalizam especialmente a moeda norte-americana. Foi o que aconteceu em 2002, em duas fases: até ao primeiro semestre, os escândalos contabilísticos nos EUA e a frustração com o tardar da retoma económica levaram a uma redução da exposição aos mercados accionistas em geral, impulsionando a redução das taxas de juro americanas para mínimos históricos em alguns prazos; enquanto que, no segundo semestre, foi sobretudo o aumento da tensão no Médio Oriente que levou à retração dos investidores, procurando investimentos de refúgio, como o euro, o franco suíço e o ouro. Foi neste período que se observou uma forte depreciação do iene já que, preocupados com o efeito de uma moeda forte sobre a frágil economia, as autoridades nipónicas tentaram sempre orientar o mercado no sentido do iene acompanhar a evolução do dólar.

Desta forma, nos últimos três meses do ano, o euro valorizou-se em cerca de 7% contra o iene, para perto dos 125 ienes.

**Evolução cambial do euro, dólar e iene em 2002**



**Mercado obrigacionista**

Durante 2002 registou-se uma tendência generalizada de redução de taxas de juro, tendo, no caso dos EUA, sido atingidos mínimos históricos nas taxas de juro dos títulos de dívida pública.

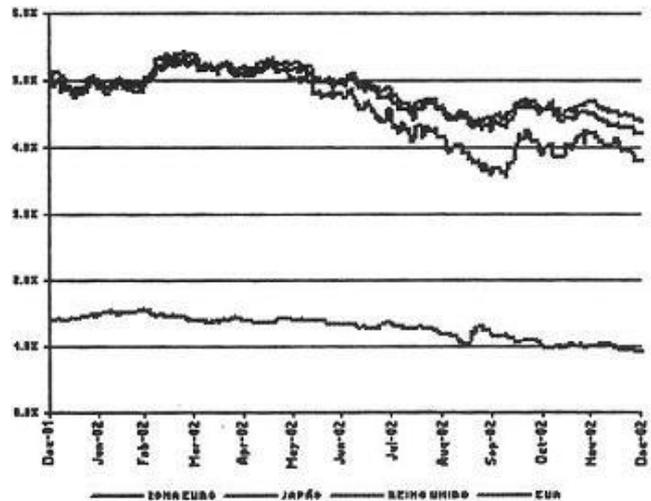
Perante os sinais de arrefecimento da actividade económica, com o aumento do receio de se poder estar a entrar num período de tendência deflacionista e com o aumento dos riscos geo-políticos, o Banco Central Europeu e o Federal Reserve norte-americano optaram, no último trimestre do ano, por uma redução das taxas de juro em 50pb, para 2,75% e 1,25%, respectivamente.

A redução de taxas também se verificou nos prazos mais longos das curvas de rendimento beneficiando, adicionalmente, do aumento da procura de investimentos de refúgio. Assim, no conjunto do ano, a taxa Euribor a três meses desceu cerca de 40 pb, para 2,9%, enquanto que nos títulos de dívida pública alemã a 10 anos a redução foi de 80pb, para 4,20%.

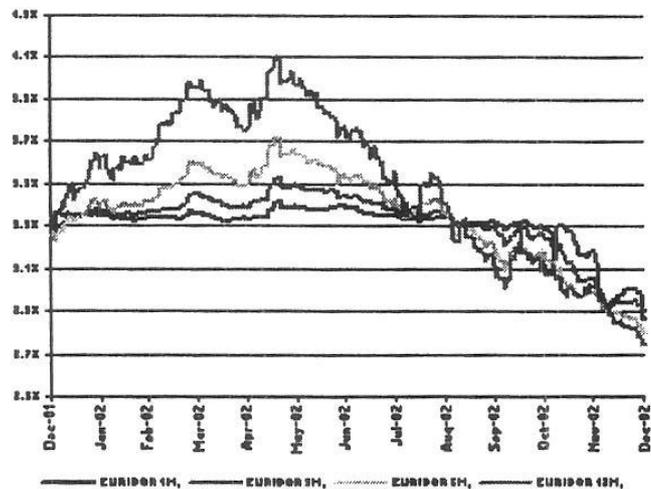
Também a destacar em 2002, a significativa aproximação das taxas de juro das obrigações do Tesouro para com os títulos equivalentes alemães, registando um diferencial mínimo histórico de 6pb nos 10 anos, devido à degradação das contas públicas alemãs; e o facto das taxas de juro europeias nos prazos mais longos voltarem a ser superiores as norte-americanas, algo que não se verificava desde meados de 1996.

No final do ano de 2002, os mercados continuavam a antecipar mais cortes de taxas de juro na zona euro e estabilidade das taxas norte-americanas. A nível do mercado de dívida corporativa, 2002 foi marcado pela volatilidade, aumento dos *spreads* de crédito e ainda pelos escândalos da Enron e Worldcom, que afectaram inclusivamente a confiança que os investidores normalmente depositam nas agências de *rating*.

**Evolução das taxas de juro Euribor em 2002**



**Evolução das taxas de juro a 10 anos em 2002**



**Mercado accionista**

O ano de 2002 acabou por conseguir surpreender pela negativa até os mais pessimistas. Vivemos o terceiro ano consecutivo de perdas

no mercado. De facto, depois de o MSCI World ter caído 11% em 2000, e 15.2% em 2001, o ano de 2002 acabou por registar uma desvalorização de 25.2%. Olhando para os diferentes mercados geográficos (Estados Unidos, Europa, Japão e mercados emergentes) todos, sem excepção, registaram perdas.

O mercado accionista registou uma volatilidade muito acima da média histórica e não teve nas suas vertentes geográfica e sectorial qualquer refúgio, o que tornou o ano ainda mais difícil.

O ano de 2002 iniciou-se sob os auspícios de um ambiente relativamente optimista. O mercado assumiu que o impacto dos atentados de Setembro de 2001 na economia americana seria ligeiro. O 1.º trimestre do ano foi ligeiramente positivo para os mercados accionistas, ainda que na Europa os dados económicos levantassem inúmeras dúvidas. Com a chegada do fim do segundo trimestre, o cenário tornou-se mais claro relativamente à insustentabilidade da recuperação americana, enquanto na Europa e no Japão os dados publicados, continham já, certezas preocupantes.

A Alemanha revelava, cada vez mais, sinais de abrandamento inegáveis. A capitulação final começava a ser desenhada em Junho.

A divulgação de fraudes na Worldcom e Enron e as respectivas falências, acabaram por contaminar todo o mercado, contribuindo para o ambiente de descrédito relativo a gestores, analistas e corretores em que se passou a viver desde o fim do primeiro semestre. Neste contexto, não surpreenderam as fortes quedas que o mercado accionista, então, experimentou. No mês de Junho, um quarto das empresas do índice S&P 500 registaram perdas acima dos 25%.

Este ambiente extremamente negativo em que terminou o 2.º trimestre, prolongou-se, naturalmente, para o 3.º, que se revelou quase dramático, com destaque para o Dow Jones que viveu em Setembro o pior mês desde 1937 (-12,4%).

Como breve referência à evolução que os mercados emergentes registaram, estes, de igual forma, viveram tempos difíceis em 2002. Depois do *default* da Argentina ainda no decurso de 2001 e o consequente caos em que o país mergulhou, emergiu um novo foco de tensão em 2002. O Brasil.

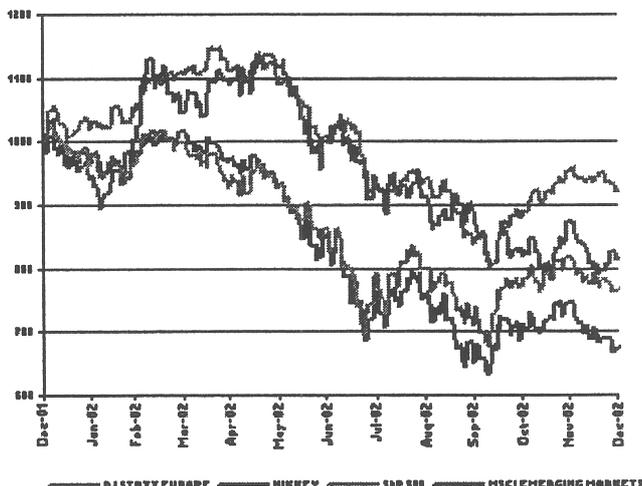
Na sequência das eleições presidenciais naquele país e de uma vitória largamente antecipada do candidato Lula da Silva, o mercado, cedo começou a prever um *default* na dívida brasileira e as quedas fizeram-se sentir de imediato.

Apesar das fraudes detectadas, o comportamento dos mercados foi ainda explicado pelos crescentes receios de uma *double-dip recession* que, então, aumentaram significativamente. As perspectivas de uma nova guerra no golfo, causa do aumento do preço do petróleo, também influenciaram negativamente o cenário da conjuntura.

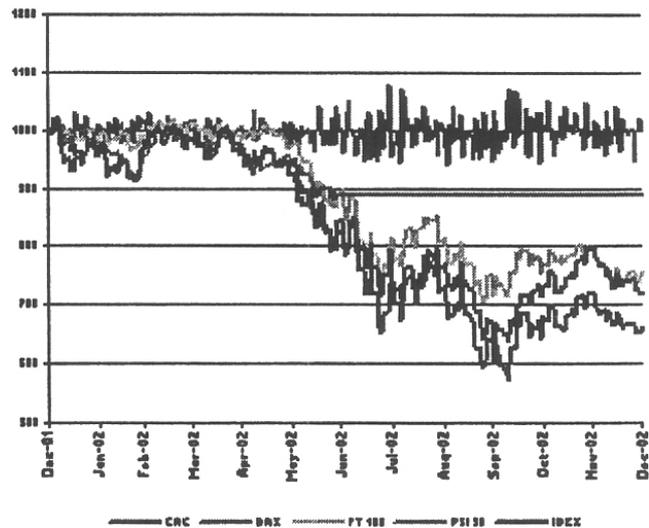
Os investidores projectaram que o consumidor americano, suporte da economia, cairia finalmente. Aqueles que acreditavam numa recuperação económica ou dos mercados financeiros, durante a segunda metade do ano, capitularam.

Mas, mais por razões técnicas, nomeadamente o facto de o mercado estar sobrevenido e ajudado pelos cortes de taxas verificados nos Estados Unidos e na Europa nos dois últimos meses do período em análise, do que impulsionados por alterações fundamentais de índole económica, assistiu-se desde então e até próximo do final do ano, a uma forte recuperação dos mercados accionistas, deixando antever a manutenção de uma volatilidade elevada para o próximo período.

### Evolução dos principais mercados accionistas internacionais em 2002



### Evolução dos principais mercados accionistas europeus em 2002



### Actividade comercial

#### Gestão personalizada:

Em 2002, a actividade de gestão personalizada de patrimónios continuou a ser penalizada pela evolução da conjuntura económica global, nomeadamente, pelo comportamento fortemente negativo das principais praças financeiras internacionais.

O volume de activos sob gestão reduziu-se em 148,4 milhões de euros, dos quais, 101,3 milhões correspondem a encerramentos de carteiras de investimento e 47,1 milhões a desvalorizações dos activos geridos.

Durante o ano findo, a equipa comercial focou a sua acção no acompanhamento e aconselhamento de clientes, uma vez que a captação de novos negócios foi condicionada pela opção sistemática dos investidores por produtos de rendimento garantido.

Embora a evolução da actividade em 2003 esteja muito dependente do grau de sustentação da esperada retoma económica mundial, abrem-se perspectivas favoráveis em consequência da reformulação, já em curso, da proposta de valor desta área de negócio.

A reestruturação da gestão personalizada assenta fundamentalmente em dois pilares: em elevados níveis de especialização da Junção investimento e da junção comercial e na abordagem sistematizada ao segmento alvo de clientes.

Com o novo modelo de negócio a gestão personalizada irá oferecer, não só as soluções de investimento que em cada momento se revelarem mais adequadas as necessidades e ao perfil de risco de cada cliente, como também um nível de aconselhamento individual e uma qualidade de informação compatíveis com as melhores práticas de investimento internacionais.

### Evolução dos resultados

A actividade da AF Investimentos foi marcadamente condicionada pelo comportamento desfavorável dos mercados, tendo registado no exercício de 2002 um resultado líquido negativo no valor de 1060 milhares de euros, inferior ao obtido em 2001 (3799 milhares de euros). Estes resultados não são directamente comparáveis considerando as alterações conjunturais havidas a partir de finais de 2001, nomeadamente a cessação do exercício da actividade de gestão de clientes Institucionais à F&C Portugal, S. A., efectuada no âmbito da parceria com o Grupo Eureka.

### Proposta de aplicação de resultados de 2002

O conselho de administração, considerando o nível de capitalização atingido pela sociedade e as necessidades de capitais próprios face à evolução prevista do volume de activos sob gestão enquadradas pelos mínimos legais que regulam a relação entre aqueles factores propõe, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado negativo do exercício de 2002, no montante de 1 059 985,63 euros, seja transferido para resultados transitados.

## Referências

Ao concluir o relatório relativo à actividade desenvolvida em 2002, o conselho de administração manifesta o seu reconhecimento pela cooperação dispensada no âmbito das suas atribuições, às entidades e pessoas que mais contribuíram para a realização dos objectivos estabelecidos:

As autoridades monetárias e financeiras, designadamente o Ministério das Finanças, ao Banco de Portugal, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e à Commission de Surveillance du Secteur Financier, pela colaboração e apoio sempre manifestados.

Aos nossos clientes, pela confiança que a sua preferência demonstra, dirigimos os nossos agradecimentos, comprometendo-nos a procurar continuamente, dar as respostas que satisfaçam as suas necessidades.

Ao accionista, pelo seu apoio constante e pelo acompanhamento interessado na actividade da sociedade.

Aos membros da mesa da assembleia geral, ao fiscal único e revisor oficial de contas, pela atitude participativa e construtiva que sempre manifestaram.

Aos colaboradores, pelo empenho, motivação, disponibilidade e competência profissional que sempre demonstraram, contribuindo para a consecução plena dos nossos objectivos.

À F&C Gestão de Patrimónios, S. A., por toda a colaboração recebida em prol da consecução dos objectivos que nos propusemos.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — O Conselho de Administração:  
*Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.*

## Anexo ao relatório do conselho de administração

Participações de membros dos órgãos sociais de administração e fiscalização na sociedade e em sociedades em relação de domínio ou de grupo

Accionistas	Empresas	Número de acções		Movimento em 2002		Data	Preço unitário	Ónus
		2001	2002	Aquis.	Alien.			
		(Em euros)						
Membros dos órgãos sociais:								
AF Invest. Fundos Mobiliários, S. A. ....	—	—	—	—	—	—	—	
AF Invest. Fundos Imobiliários, S. A. ....	—	—	—	—	—	—	—	
AF Invest. Gestão da Patrimónios, S. A. ....	—	—	—	—	—	—	—	
Fernando Jorge F. da Figueiredo Ribeiro .....	BCP	32 629	32 629	—	—	—	—	
	(c)	—	2 225	2 225	—	23-12-2002	5,00	
	(b)	—	—	24	—	16-12-2002	0,10	
	—	—	—	—	24	23-12-2002	—	(a)
João do Passo Vicente Ribeiro .....	BCP	19 858	123 307	47 500	—	15-1-2002	42,0	
	BCP	—	—	23 470	—	24-1-2002	4,24	
	BCP	—	—	25 000	—	7-2-2002	3,99	
	BCP	—	—	26 219	—	20-2-2002	3,72	
	BCP	—	—	3 900	—	19-4-2002	4,00	
	BCP	—	—	—	2 800	4-9-2002	2,69	
	BCP	—	—	—	2 103	25-10-2002	2,01	
	BCP	—	—	—	17 737	26-12-2002	2,40	
	(c)	—	8 513	8 513	—	23-12-2002	5,00	
	(b)	—	—	1	—	9-12-2002	—	
	—	—	—	—	1	11-12-2002	0,15	(a)
Isabel Maria dos Santos Raposo .....	BCP	11 780	11 780	—	—	—	—	
	(c)	—	603	603	—	—	5,00	
	(b)	—	—	1 069	1 069	—	—	(a)
João de Sande de Sacadura Botte Côrte-Real .....	BCP	3 219	3 219	—	—	—	—	
	(b)	—	—	—	221	17-12-2002	0,11	(a)
	(d)	—	50	50	—	2-12-2002	50,00	
António Alves de Carvalho .....	—	—	—	—	—	—	—	
Figueiredo & Neves — SROC .....	—	—	—	—	—	—	—	
Bernardo & Muralha — SROC .....	—	—	—	—	—	—	—	
Joaquim Pedro Frade de Almeida Martins Grilo .....	BCP	300	300	—	—	—	—	
Diogo Luís Lobo Sampaio Pimentel Pereira Leitão .....	—	—	—	—	—	—	—	
Álvaro Falcão S. Associados — SROC .....	—	—	—	—	—	—	—	
Carlos Manuel Ruivo da Carvalho .....	—	—	—	—	—	—	—	
Cônjuge/filhos menores:								
Maria Teresa d'Orey de Seabra P. de Sacadura Botte .....	BCP	1 113	1 113	—	—	—	—	
	(b)	—	—	—	111	17-12-2002	0,11	(a)
	(d)	—	300	300	—	2-12-2002	50,00	
	(e)	44 892	44 892	—	—	—	—	
Zélia Maria Isabel Santos C. Sampaio Pimentel .....	BCP	169	169	—	—	—	—	
	(d)	—	—	9	—	31-12-2002	5,00	

(a) Exercício por subscrição.

(b) Direitos Capital BCP 2005.

(c) Capital BCP 2005.

(d) Obrigações.

(e) Títulos de Participação Banco Mello.

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.*

## Balanças em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

## ACTIVO

	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal .....	249	—	249	93
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	864 252	—	864 252	13 540 703
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	—	—	—	—
4 — Crédito sobre clientes .....	—	—	—	—
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo .....	529 697	121	529 576	—
a) De emissores públicos .....	529 697	121	529 576	—
b) De outros emissores .....	—	—	—	—
(Dos quais: títulos próprios) .....	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável .....	—	—	—	544 893
7 — Participações .....	750	—	750	750
8 — Partes de capital em empresas coligadas .....	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas .....	183 023	161 680	21 343	45 494
10 — Imobilizações corpóreas .....	735 888	666 496	69 392	106 227
(Dos quais: imóveis) .....	—	—	—	—
11 — Capital subscrito não realizado .....	—	—	—	—
12 — Acções próprias .....	—	—	—	—
13 — Outros activos .....	3 052 439	—	3 052 439	3 471 446
15 — Contas de regularização .....	923 470	—	923 470	3 358 628
16 — Prejuízo do exercício .....	1 059 986	—	1 059 986	—
<i>Total do activo</i> .....	<i>7 349 754</i>	<i>828 297</i>	<i>6 521 457</i>	<i>21 068 234</i>

## PASSIVO

	2002	2001
	1 — Débitos para com instituições de crédito .....	—
a) À vista .....	—	—
b) A prazo .....	—	—
2 — Débitos para com clientes .....	—	—
a) Depósitos de poupança .....	—	—
b) Outros débitos .....	—	—
ba) Débitos à vista .....	—	—
bb) Débitos a prazo .....	—	—
3 — Débitos representados por títulos .....	—	—
a) Obrigações em circulação .....	—	—
b) Outros .....	—	—
4 — Outros passivos .....	405 837	2 538 363
5 — Contas de regularização .....	1 340 389	5 304 648
6 — Provisões para riscos e encargos .....	61 770	93 466
a) Provisões para pensões e encargos similares .....	—	—
b) Outras provisões .....	—	93 466
7 — Fundo para riscos bancários gerais .....	—	—
8 — Passivos subordinados .....	—	—
9 — Capital subscrito .....	2 309 233	2 309 233
10 — Prémios de emissão .....	—	—
11 — Reservas .....	2 312 566	6 909 661
12 — Reservas de reavaliação .....	—	—
13 — Resultados transitados .....	91 662	—
14 — Lucro do exercício .....	—	3 798 888
<i>Total do passivo e capitais próprios</i> .....	<i>6 521 457</i>	<i>21 068 234</i>

## Rubricas extrapatrimoniais

(Em euros)

	2002	2001
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais .....	298 576 004	6 972 889 605
Dos quais:		
1.1 — Aceites e aceites (dos quais: aceites e compromissos por endossos de efeitos redescontados)	—	—
1.2 — Garantias e avales .....	—	—
1.3 — Cauções e activos dados em garantia .....	—	—
1.4 — Outros .....	298 576 004	6 972 363 099
2 — Compromissos .....	965 855	965 855
Dos quais:		
2.1 — Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra .....	—	—
	299 541 859	6 973 855 460

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* —  
O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

## Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

## DÉBITO

	2002	2001
<b>A) Custos</b>		
1 — Juros e custos equiparados .....	—	—
2 — Comissões .....	537 487	6 262 552
3 — Prejuízos em operações financeiras .....	404	20 245
4 — Gastos gerais administrativos .....	2 425 524	3 045 464
a) Custos com o pessoal .....	1 621 543	1 878 020
Dos quais:		
(— salários e vencimentos) .....	(1 024 271)	(1 470 888)
(— encargos sociais) .....	(355 829)	(345 378)
Dos quais:		
(— com pensões) .....	(188 000)	(105 762)
b) Outros gastos administrativos .....	803 981	1 167 444
5 — Amortizações do exercício .....	61 159	98 338
6 — Outros custos de exploração .....	13 261	19 454
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	7 444	55 440
8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	—	—
10 — Resultado da actividade corrente .....	(715 406)	—
11 — Perdas extraordinárias .....	731 427	42 052
13 — Impostos sobre os lucros .....	3 000	2 048 009
14 — Outros impostos .....	28 693	384
15 — Lucro do exercício .....	—	3 798 888
<i>Total</i> .....	3 808 399	15 390 826

## PROVEITOS

	2002	2001
<b>B) Proveitos</b>		
1 — Juros e proveitos equiparados .....	207 186	294 298
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo) .....	(18 129)	(24 412)
2 — Rendimentos de títulos .....	—	—
a) Rendimento de acções, quotas e outros títulos de rendimento variável .....	—	—
b) Rendimento de participações .....	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas .....	—	—

(Em euros)

	2002	2001
3 — Comissões .....	1 966 452	14 894 448
4 — Lucros em operações financeiras .....	9	2 057
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	37 749	1 039
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras participadas e partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
7 — Outros proveitos de exploração .....	118 477	55 603
8 — Resultado da actividade corrente .....	—	(5 745 952)
9 — Ganhos extraordinários .....	418 540	143 381
10 — Prejuízo do exercício .....	1 059 986	—
<i>Total</i> .....	<u>3 808 399</u>	<u>15 390 826</u>

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* —  
O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

### Demonstração dos fluxos de caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	2002	2001
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Recebimento/(pagamento) de serviços .....	398 553	12 402 154
Juros e proveitos/(custos) equiparados .....	209 642	294 298
Lucros/(prejuízos) em operações financeiras .....	(395)	(18 188)
Pagamento a empregados .....	(1 455 581)	(1 891 617)
Outros pagamentos administrativos .....	(803 982)	(1 167 444)
Outros proveitos/(custos) de exploração .....	18 655	137 094
Outros pagamentos/recebimentos .....	(314 288)	—
Impostos .....	(2 387 974)	(2 271 977)
	<u>(4 335 370)</u>	<u>7 484 320</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Aquisições/(alienações) de imobilizado .....	6 182	(720)
Aquisição/(alienação) de títulos de investimento .....	15 607	(193)
Aquisição/(alienação) de participações financeiras .....	—	(750)
Diminuição/(aumento) em outros activos .....	(1 672)	(108 532)
Contas de regularização do activo .....	59 495	3 009 465
	<u>79 612</u>	<u>2 899 270</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Pagamento de dividendos e bónus a empregados .....	(8 418 296)	(2 106 560)
Aumento do capital social .....	—	—
Diminuição/(aumento) em outros passivos .....	(2 241)	(56 575)
Contas de regularização do passivo .....	—	(127 535)
	<u>(8 420 537)</u>	<u>(2 290 670)</u>
Varição líquida em caixa e equivalentes .....	(12 676 295)	8 092 920
Caixa e equivalentes no início do período .....	13 540 796	5 447 876
Caixa e equivalentes no fim do período .....	<u>864 501</u>	<u>13 540 796</u>

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* —  
O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

### Demonstração dos resultados por funções para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	2002	2001
Margem financeira .....	207 186	294 298
Provisões para riscos de crédito .....	7 024	—
Margem financeira líquida .....	<u>200 162</u>	<u>294 298</u>
Comissões líquidas .....	1 428 965	8 631 896
Outros resultados de exploração líquidos .....	76 523	35 765
Margem de serviços .....	<u>1 705 650</u>	<u>8 961 959</u>

	(Em euros)	
	2002	2001
Rendimento de títulos .....	—	—
Resultados de operações financeiras .....	(395)	(18 188)
Resultado operacional antes dos custos de transformação .....	1 705 255	8 943 771
Custos com pessoal .....	1 621 543	1 878 020
Outros custos administrativos .....	803 981	1 167 444
Amortizações .....	61 159	98 338
Custos de transformação .....	2 486 683	3 143 802
Resultado operacional .....	(781 428)	5 799 969
Resultados na alienação de participações financeiras .....	—	—
Outros resultados extraordinários .....	(312 887)	101 329
Outras provisões .....	37 329	(54 401)
Resultados antes de impostos .....	(1 056 986)	5 846 897
Impostos .....	3 000	2 048 009
Resultado líquido .....	(1 059 986)	3 798 888
Resultado por acção .....	(0,459)	1,645

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* —  
O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

### Mapa de alterações na situação líquida para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	Total da situação líquida	Capital	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumuladas
Saldos em 31 de Dezembro de 2000 .....	11 439 429	2 309 233	1 442 918	7 687 278
Constituição de reservas:				
Reserva legal .....	—	—	869 648	(869 648)
Bónus aos empregados .....	(153 831)	—	—	(153 831)
Dividendos .....	(1 952 729)	—	—	(1 952 729)
Resultado do exercício .....	3 798 888	—	—	3 798 888
Saldos a 31 de Dezembro de 2001 .....	13 131 757	2 309 233	2 312 566	8 509 958
Bónus aos empregados .....	(98 280)	—	—	(98 280)
Dividendos .....	(8 320 016)	—	—	(8 320 016)
Resultado do exercício .....	(1 059 986)	—	—	(1 059 986)
Saldos a 31 de Dezembro de 2002 .....	3 653 475	2 309 233	2 312 566	(968 324)

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* —  
O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

### Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2002

Natureza dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de mercado	Valor de balanço
A) Títulos — Negociação .....	—	—	—	—	—
B) Títulos — Investimento:					
Títulos de rendimento variável — de emissores públicos:					
De outros emissores públicos nacionais:					
A médio e a longo prazos:					
OTRV 97/04 .....	10 626	50	50	529 576	529 576
C) Títulos — A vencimento .....	—	—	—	—	—
D) Imobilizações financeiras:					
Servibanca — Empresa de prestação de serviços, ACE ...	—	—	—	750	750
Total .....				530 326	530 447

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* —  
O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

**Balanço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

## ACTIVO

	Notas	2002	2001
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal .....		249	93
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	2	864 252	13 540 703
Obrigações, acções e outros títulos .....	3	529 576	544 893
Participações financeiras .....	4	750	750
Imobilizações incorpóreas .....	5	21 343	45 494
Imobilizações corpóreas .....	6	69 392	106 227
Outros activos .....	7	3 052 439	3 471 446
Contas de regularização do activo .....	8	923 470	3 358 628
<i>Total do activo</i> .....		<u>5 461 471</u>	<u>21 068 234</u>

## PASSIVO

	Notas	2002	2001
Outros passivos .....	9	405 837	2 538 363
Contas de regularização do passivo .....	10	1 340 389	5 304 648
Provisão para outros riscos e encargos .....	11	61 770	93 466
<i>Total do passivo</i> .....		<u>1 807 996</u>	<u>7 936 477</u>

## SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
Capital .....	12	2 309 233	2 309 233
Reservas e resultados acumulados .....	13 e 14	1 344 242	10 822 524
<i>Total da situação líquida</i> .....		<u>3 653 475</u>	<u>13 131 757</u>
		5 461 471	21 068 234

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 21).

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

**Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

	Notas	2002	2001
Prestação de serviços .....	15	1 966 452	14 894 448
Custos das operações .....	16	537 487	6 262 552
		<u>1 428 965</u>	<u>8 631 896</u>
Outros proveitos:			
Juros e proveitos equiparados .....	17	207 186	294 298
Lucros em operações financeiras .....		9	2 057
Outros proveitos de exploração .....		118 477	55 603
		<u>325 672</u>	<u>351 958</u>
Outros custos:			
Juros e custos equiparados .....		—	—
Prejuízos em operações financeiras .....		404	20 245
Custos com pessoal .....	18	1 621 543	1 878 020
Outros gastos administrativos .....		803 981	1 167 444
Amortizações do exercício .....	5 e 6	61 159	98 338
Provisões .....	3 e 11	(30 305)	54 401
Outros custos de exploração .....		41 954	19 838
		<u>2 498 736</u>	<u>3 238 286</u>

(Em euros)

	Notas	2002	2001
Resultado operacional .....		(744 099)	5 745 568
Outros proveitos/(custos) .....		(312 887)	101 329
Resultado antes de impostos .....		(1 056 986)	5 846 897
Provisão para impostos sobre lucros .....	19	3 000	2 048 009
Resultado líquido do exercício .....		(1 059 986)	3 798 888

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro* — *João do Passo Vicente Ribeiro* — *Isabel Maria dos Santos Raposo*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

## Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

### 1 — Políticas contabilísticas:

1.1 — *Bases de apresentação*. — A AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., é uma sociedade privada constituída em Portugal por escritura de 29 de Junho de 1987 sob a denominação de Interfinança — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., tendo iniciado a sua actividade em Setembro de 1987. A sociedade tem por objecto o exercício da actividade de administração de valores mobiliários e imobiliários e a colocação, por conta alheia, de valores mobiliários.

Durante o ano de 1991 a sociedade alterou a sua denominação para BCP Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., e em Dezembro de 1997 para AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., segundo deliberação da assembleia geral de 18 de Setembro de 1997.

Em 19 de Outubro de 1998 realizou-se por escritura pública a fusão da sociedade BPA Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., (sociedade incorporada), na sociedade AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., (sociedade incorporante). A fusão foi efectuada por incorporação mediante a transferência do património global daquela para a AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A.

Em 28 de Dezembro de 2000 realizou-se por escritura pública a fusão da sociedade Mello Activos Financeiros — Gestão de Patrimónios, S. A., (sociedade incorporada), na sociedade AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., (sociedade incorporante), com referência a 30 de Junho de 2000. A fusão foi realizada por incorporação através da transferência do património global daquela sociedade para a AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A. A demonstração de resultados do exercício de 2000 inclui os resultados da entidade incorporada desde 1 de Julho de 2000. Este facto deve ser considerado para efeito de comparabilidade das demonstrações financeiras da AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A.

No âmbito da reorganização da actividade de gestão de activos acordada entre os Grupos Banco Comercial Português e Eureko, em 2001 foi celebrado entre o Grupo AF Investimentos e o Grupo F&C um acordo que estabelece a cessação da actividade de gestão de carteiras dos clientes institucionais, a prestar pelo Grupo F&C ao Grupo AF. Este acordo afecta a comparabilidade entre as demonstrações financeiras dos exercícios de 2001 e 2002.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva Comunitária n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas de bancos e outras instituições financeiras.

### 1.2 — Bases de consolidação:

#### Datas de referência:

As contas da sociedade são objecto de consolidação pelo método integral na AF Investimentos — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

#### Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro, que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral.

As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do

Grupo e a sua imaterialidade, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

#### Participações financeiras em empresas associadas:

As participações financeiras em empresas associadas, cujo valor da participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada.

Nos casos em que o valor da participação financeira numa sociedade representa menos de 20% do capital social e na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nos órgãos de decisão, na gestão dos negócios conjuntos e na definição de estratégia, é também aplicado o método da equivalência patrimonial.

#### Diferenças de consolidação e de reavaliação — Goodwill:

O *goodwill*, resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Até 31 de Dezembro de 1998, foi adoptada a política de capitalização do *goodwill* como imobilizado incorpóreo, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos. No âmbito da alteração da política contabilística efectuada em 1999, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

No âmbito da alteração da política contabilística em 1999, em 1 de Janeiro de 2000, o valor de *goodwill* não amortizado referente a aquisições efectuadas até 31 de Dezembro de 1998 foi anulado por contrapartida de prémio de emissão e reservas.

#### Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em euros às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, respectivamente, são registadas em reservas.

#### Outros investimentos:

Os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa mas que considera como investimentos estratégicos, são contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

A constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40% do valor que exceder os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

De acordo com o referido aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40% do valor de menos valias que exceder os 15% do investimento, para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, e tendo em conta a actividade das companhias participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	Porcentagem
Empresas financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10% por ano
Empresas não financeiras .....	2002 a 2004	25% por ano
	2005	15
	2006	10

as provisões constituídas nos exercícios de 2002 e 2003 relativas a participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, poderão ser registadas contra reservas.

1.3 — *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Numa base individual os resultados obtidos com a alienação de activos em entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado. Estes resultados são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

1.4 — *Transacções em moeda estrangeira.* — Os valores de activos e passivos em moeda estrangeira são registados pelo seu contravalor em euros às taxas de câmbio oficiais na data do balanço. Todas as diferenças de câmbio, realizadas ou não realizadas, são consideradas nos resultados do exercício em que se verificam.

1.5 — *Obrigações, acções e outros títulos.* — Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

#### Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

#### Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95 de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

Consideram-se títulos da carteira a vencimento aqueles que o Banco pretende manter até ao seu reembolso, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal. Os títulos com *call option* apenas

poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call price* não seja inferior ao valor de reembolso na data do vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95 de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor que se encontrarem registados, líquidos das respectivas provisões constituídas. Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento as diferenças, entre o valor de reembolso e o valor pelo qual os títulos foram registados na carteira a vencimento, são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

#### 1.6 — *Imobilizado incorpóreo:*

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

O produto ou o processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;

Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;

O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;

Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;

Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

#### Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e os trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

1.7 — *Imobilizado corpóreo.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas das reintegrações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis .....	50
Obras em edificios alheios .....	10
Equipamento .....	4 a 12
Outras imobilizações .....	3

1.8 — *Pensões de reforma e sobrevivência.* — A AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCP agregou os diversos Fundos de Pensões, num único fundo denominado Fundo de Pensões do Grupo BCP, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo BCP de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (plano complementar).

A responsabilidade com pensões de reforma relativas aos colaboradores do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, adquiridos pelo Grupo BCP em 2000, encontra-se coberta pelo Fundo de Pensões do Banco Mello e pelo Fundo de Pensões do Banco Pinto & Sotto Mayor, respectivamente. Em 2002, estes Fundos foram integrados no Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são abrangidos pelo Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário e Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

A responsabilidade do Grupo BCP com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do plano complementar quando atribuído, e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal, e que se situam, desde 31 de Dezembro de 2001, com a entrada em vigor do aviso n.º 12/2001, em 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Até ao exercício de 2000, inclusive, a insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades com serviços passados, determinada com base na avaliação actuarial efectuada, era financiada pelas empresas do Grupo e considerada como um custo do exercício. O excesso resultante desta análise foi em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades com serviços passados não financiados, incluindo as decorrentes do plano complementar, sendo o valor remanescente considerado como um proveito do exercício.

Conforme estabelecido no aviso n.º 12/2001, o Grupo BCP determinou a insuficiência do Fundo de Pensões a 31 de Dezembro de 2001 relativamente aos valores mínimos de financiamento das responsabilidades resultantes da aplicação do aviso n.º 6/95, a qual resulta dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados, e reconheceu tal montante como um passivo e um activo a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor. De acordo com o referido aviso, o valor dos ganhos e perdas actuariais é actualizado anualmente sendo imputado a custos do exercício de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor e conforme os avisos n.º 12/2001 e n.º 7/2002, o valor acima do corredor é registado em despesas antecipadas e será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano e anterior.

1.9 — *Fiscalidade.* — A AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

1.10 — *Distribuição de resultados pelos empregados.* — De acordo com os estatutos da sociedade, os accionistas, em assembleia geral poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos empregados, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios.

Em substância, estes montantes a pagar aos empregados são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os empregados. Esta distribuição de resultados é debitada em reservas no exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração da sociedade, a contabilização da distribuição de resultados pelos empregados é apropriada, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

1.11 — *Contas extrapatrimoniais.* — As carteiras de títulos de clientes geridas pela sociedade, encontram-se valorizados da seguinte forma:

a) Os valores mobiliários são considerados pela última cotação efectuada em bolsa nos últimos três meses, valendo o mais baixo dos valores de cotação no caso de serem vários na mesma ou em diferentes bolsas;

b) Na falta de valores de cotação, o cálculo será efectuado segundo princípios de uma sã e prudente avaliação, não podendo ser atribuído valor superior ao valor contabilístico apurado segundo o último balanço aprovado, tratando-se de acções, e ao valor nominal, tratando-se de obrigações;

c) Os valores imobiliários serão considerados pelo valor de aquisição ou, na falta deste, pelo valor matricial.

## 2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito

À data de 31 de Dezembro de 2002 esta rubrica regista o montante de 864 252 euros (2001: 13 540 703 euros) referente a depósitos à ordem no Banco Comercial Português, S. A.

## 3 — Obrigações, acções e outros títulos:

As aplicações em títulos referem-se exclusivamente a títulos de investimento. O seu valor é analisado como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Obrig. e outros títulos de rendimento fixo:		
De emissores públicos nacionais .....	529 697	545 304
Provisão para depreciação de títulos .....	(121)	(411)
	529 576	544 893

Não existem em carteira títulos de rendimento fixo cujo vencimento ocorra durante o ano de 2003.

A carteira de títulos tem a seguinte composição:

	2002	2001
Títulos de investimento:		
Obrigações do Tesouro:		
OTRV 97/2004 .....	529 697	529 506
OTRV 96/2002 .....	—	15 798
	529 697	545 304

Em relação aos títulos de investimento os valores comparativos entre o valor contabilístico e o valor de mercado, à data de 31 de Dezembro de 2002, são os seguintes:

	Valor contabil.	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:		
Entidades nacionais:		
ORTV 97/2004 .....	529 576	529 576

À data de 31 de Dezembro de 2002 o valor de mercado dos títulos de investimento era igual ao seu valor contabilístico. De acordo com o disposto no artigo 20.º, alínea a) do aviso n.º 3 de 1995 do Banco de Portugal e conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1.5, as menos-valias nestes títulos, se existentes, devem ser totalmente provisionadas.

A provisão para depreciação de títulos é analisada como segue:

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro .....	411	1 287
Provisões do exercício .....	(290)	(876)
Saldo em 31 de Dezembro .....	121	411

A rubrica de provisões do exercício é apresentada líquida de reposições.

À data de 31 de Dezembro de 2002 os montantes ainda não imputados a resultados relativamente aos títulos de investimento eram os seguintes:

	(Em euros)	
	2002	2001
Títulos adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso .....	330	499

#### 4 — Participações financeiras:

À data de 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de participações financeiras regista o montante de 750 euros (2001: 750 euros) relativos a 0,3% do capital da Servibanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE.

A sociedade não necessita de constituir provisões para participações financeiras ao abrigo do aviso n.º 4/2002, conforme referido na nota n.º 12.

#### 5 — Imobilizações incorpóreas:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Custo:		
Software .....	181 559	181 559
Outras imobilizações incorpóreas .....	1 464	1 464
	183 023	183 023
Amortizações acumuladas .....	(161 680)	(137 529)
	21 343	45 494

As amortizações do imobilizado incorpóreo, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foram de 24 324 euros (2001: 26 607 euros).

Os movimentos na rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2002, são analisados como segue:

	Saldo em 31 de Janeiro de 2002	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Custo:					
Software .....	181 559	—	—	—	181 559
Outras imobilizações incorpóreas .....	1 464	—	—	—	1 464
	183 023	—	—	—	183 023
Amortizações acumuladas:					
Software .....	136 928	24 277	—	—	161 205
Outras imobilizações incorpóreas .....	601	47	(173)	—	475
	137 529	24 324	(173)	—	161 680

#### 6 — Imobilizações corpóreas:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2002	2001
Custo:		
Equipamento de escritório .....	150 830	150 830
Máquinas de escritório electrónicas .....	61 516	61 516
Equipamento informático .....	412 775	412 775
Viaturas .....	—	25 042
Instalações interiores .....	108 304	108 304
Equipamento de segurança .....	2 214	2 214
Outras imobilizações corpóreas .....	249	249
	735 888	760 930
Amortizações acumuladas .....	(666 496)	(654 703)
	69 392	106 227

As amortizações do imobilizado corpóreo da sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foram de 36 835 euros (2001: 71 731 euros). Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2002, para a sociedade, são analisados como segue:

	Saldo em 31 de Janeiro de 2002	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
Custo:					
Equipamento de escritório .....	150 830	—	—	—	150 830
Máquinas de escritório electrónicas .....	61 516	—	—	—	61 516
Equipamento informático .....	412 775	—	—	—	412 775
Viaturas .....	25 042	—	(25 042)	—	—
Instalações interiores .....	108 304	—	—	—	108 304
Equipamento de segurança .....	2 214	—	—	—	2 214
Outras imobilizações corpóreas .....	249	—	—	—	249
	760 930	—	(25 042)	—	735 888

(Em euros)

	Saldo em 31 de Janeiro de 2002	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31 de Dezembro de 2002
<b>Amortizações acumuladas:</b>					
Equipamento de escritório .....	83 414	14 668	—	—	98 082
Máquinas de escritório electrónicas .....	54 888	3 297	—	—	58 185
Equipamento informático .....	401 048	10 134	—	—	411 182
Viaturas .....	20 505	4 537	(25 042)	—	—
Instalações interiores .....	93 761	3 993	—	—	97 754
Equipamento de segurança .....	838	206	—	—	1 044
Outras imobilizações corpóreas .....	249	—	—	—	249
	<b>654 703</b>	<b>36 835</b>	<b>(25 042)</b>	<b>—</b>	<b>666 496</b>

## 7 — Outros activos:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2002	2001
<b>Devedores:</b>		
Occidental Vida .....	21 699	411 748
Occidental Seguros .....	—	289 208
Império Bonança .....	1 752	45 086
Outras empresas do Grupo .....	8 635	484 167
Outros devedores .....	405 168	—
<b>Clientes:</b>		
Eureko .....	—	2 034 206
Outros devedores .....	1 034 106	100 479
Imposto sobre o valor acresc. a receber	119 622	106 552
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas a receber .....	1 461 457	—
	<b>3 052 439</b>	<b>3 471 446</b>

A rubrica de outros devedores inclui o montante de 350 701 euros relativos a entregas efectuadas pela Sociedade ao Fundo de Pensões, que em 31 de Dezembro de 2002, correspondem ao excesso de cobertura do Fundo (v. nota n.º 20).

À data de 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de clientes — outros devedores refere-se a valores a receber relativos a comissões de gestão dos clientes particulares e outros institucionais.

À data de 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de clientes — Eureko referia-se a valores a receber relativos a comissões de gestão do Fundo Eureko.

A rubrica de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) a receber refere-se à estimativa de imposto a pagar, deduzida dos pagamentos por conta e retenções na fonte efectuados durante o ano, conforme nota n.º 19.

## 8 — Contas de regularização do activo:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2002	2001
Comissões de gestão .....	201 894	3 318 907
Outros proveitos a receber .....	502 275	9 515
Custos diferidos .....	3 322	18 092
Outras contas de regularização .....	215 979	12 114
	<b>923 470</b>	<b>3 358 628</b>

A rubrica de comissões de gestão inclui comissões a receber por serviços prestados na gestão de carteiras da Seguros & Pensões no montante de 163 528 euros (2001: 3 102 723 euros), referentes ao ano de 2001.

A rubrica de outros proveitos a receber, inclui o montante de 495 215 euros, relativo a comissões de utilização de rede a reembolsar pelo Banco Comercial Português, S. A.

## 9 — Outros passivos:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2002	2001
<b>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) a pagar .....</b>		
Imposto sobre o valor acresc. a pagar .....	252 747	652 904
<b>Credores — Associadas:</b>		
Banco Comercial Português, S. A. ....	—	1 207 888
Servibanca .....	65 914	90 463
Outros credores — Associadas .....	—	768
Outros credores .....	87 176	42 018
	<b>405 837</b>	<b>2 538 363</b>

À data de 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de Credores — Associadas relativa ao Banco Comercial Português, S. A., no montante de 1 207 888 euros dizia respeito a comissões de gestão e de utilização de rede.

A rubrica Servibanca corresponde aos valores a pagar à Servibanca — Empresa Prestadora de Serviços, ACE, pelos serviços prestados.

## 10 — Contas de regularização do passivo:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2002	2001
<b>Encargos com férias e subsídio de férias Banco Comercial Português, S. A.:</b>		
Comissão de gestão .....	—	172 545
Comissão de utilização da rede .....	—	210 535
Comissões a pagar .....	380 707	4 679 224
Proveitos diferidos Fundo de Pensões ....	311 900	—
Outras contas diversas .....	483 846	71 830
	<b>1 340 389</b>	<b>5 304 648</b>

A rubrica de proveitos diferidos — Fundo de Pensões, refere-se à diferença de cobertura do fundo de pensões na parte que excede os 10% da banda do corredor, conforme a política descrita na nota n.º 1.8.

Este montante será imputado a resultados a partir de 2003 durante um período de 10 anos.

À data de 31 de Dezembro de 2001, as rubricas de comissão de gestão e comissão de utilização de rede referem-se às comissões a pagar pela AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., pela utilização dos balcões e serviços prestados nas diversas redes do Grupo Banco Comercial Português pela distribuição dos seus produtos.

A rubrica de comissões a pagar, a 31 de Dezembro de 2002, no montante de 380 707 euros refere-se a custos com prestação de serviços de *asset allocation* prestados pela F&C Londres.

À data de 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de comissões a pagar incluía ainda os montantes de 1 649 669 euros e de 3 029 555 euros,

referentes a comissões de aconselhamento relativas ao Fundo Eureko e comissões a pagar à F&C por serviços de consultadoria sobre as carteiras de investimento no Luxemburgo, respectivamente.

#### 11 — Provisão para outros riscos e encargos:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Provisão para riscos gerais de crédito ....	7 303	279
Provisões para outros riscos e encargos	—	93 187
Provisões para fundos de pensões .....	54 467	—
	<u>61 770</u>	<u>93 466</u>

A provisão para riscos gerais de crédito é analisada como segue:

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro .....	279	279
Provisões do exercício .....	<u>7 024</u>	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	<u>7 303</u>	<u>279</u>

A provisão para outros riscos e encargos é analisada como segue:

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro .....	93 187	146 442
Provisões do exercício .....	(37 039)	55 277
Utilização .....	(56 148)	(108 532)
Saldo em 31 de Dezembro .....	—	93 187

A 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de provisão para outros riscos e encargos no montante de 93 187 euros referia-se a uma contingência fiscal relacionada com um erro de apuramento da matéria colectável dos anos de 1995 e 1996. No decurso do exercício de 2002 o Ministério das Finanças notificou a sociedade no sentido de se proceder à liquidação dessa contingência, pelo que esta utilizou a provisão constituída para esse fim.

A provisão para fundo de pensões é analisada como segue:

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro .....	—	—
Provisões do exercício .....	—	—
Utilização .....	—	—
Transferências .....	<u>54 467</u>	—
Saldo em 31 de Dezembro .....	<u>54 467</u>	—

#### 12 — Capital:

O capital social de 2 309 233 euros da AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., está integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 2 309 233 acções de valor nominal de um euro cada.

Resultante do processo de fusão da BPA Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., na AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., o capital social registou um aumento de 375 000 euros em 1998, mediante a emissão de 75 000 novas acções com o valor nominal de cinco euros cada.

De acordo com a deliberação da assembleia geral datada de 9 de Março de 2000, a sociedade procedeu à redenominação do seu capital social de escudos para euros, através do aumento do valor nominal de cada acção para cinco euros, por incorporação de reservas livres no montante de 5106 euros.

Resultante do processo de fusão da Mello Activos Financeiros — Gestão de Patrimónios, S. A., na AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., o capital social registou um aumento de 184 236 euros, mediante a emissão de 184 233 novas acções com o valor nominal de um euro cada. O valor nominal das acções foi convertido de cinco euros para um euro, de acordo com o estabelecido na escri-

tura de fusão realizada entre a sociedade e a Mello Activos Financeiros — Gestão de Patrimónios, S. A., a 28 de Dezembro de 2000.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 323/99, de 13 de Agosto, os fundos próprios das sociedades gestoras de patrimónios (capital, reservas e resultados transitados) não devem ser inferiores ao valor resultante da aplicação das percentagens seguintes à soma dos valores dos patrimónios que administrem:

Até 75 milhões de euros — 1%;  
No excesso a 75 milhões de euros — 1%.

Em conformidade com esta norma a sociedade pode administrar patrimónios com valores globais que totalizem 4 038 461 000 de euros (2001: 8 657 900 000 euros).

#### 13 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, a sociedade, deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo, normalmente, esta reserva ser distribuída. Em 2002, a reserva legal era superior ao valor do capital social pelo que não foi efectuado qualquer reforço no ano 2002.

#### 14 — Reservas e resultados acumulados:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2002	2001
Reserva legal .....	2 312 566	2 312 566
Outras reservas e result. ....	91 662	4 711 070
Resultado do exercício .....	(1 059 986)	3 798 888
	<u>1 344 242</u>	<u>10 822 524</u>

#### 15 — Prestação de serviços:

O valor desta rubrica pode ser analisado por cliente, como segue:

	2002	2001
Ocidental Vida, S. A. ....	—	3 810 336
Clientes estrangeiros — Eureko .....	—	2 800 152
Outros clientes particulares .....	1 607 682	2 557 768
Fundos Autónomos Vanguarda .....	—	1 832 679
BPA Vida, S. A. ....	—	1 648 303
M Conseil .....	—	820 228
Companhia de Seguros Império, S. A. ....	—	686 183
Clientes estrangeiros — Plus Fund .....	213 092	250 466
Outros clientes institucionais .....	<u>145 678</u>	<u>488 333</u>
	<u>1 966 452</u>	<u>14 894 448</u>

No âmbito do contrato celebrado entre a sociedade e a F&C, descrito na nota n.º 1, a gestão dos clientes institucionais nomeadamente do Grupo Seguros & Pensões foi transferida para a F&C.

#### 16 — Custos das operações:

Esta rubrica representa os serviços prestados pelas seguintes entidades:

	2002	2001
Banco Comercial Português, S. A. ....	155 830	1 270 960
Friends Provident .....	—	310 150
Advising Fundos Eureko .....	—	1 649 669
Outros custos .....	<u>381 657</u>	<u>3 031 773</u>
	<u>537 487</u>	<u>6 262 552</u>

Os serviços prestados pelo BCP no montante de 155 380 euros (2001: 1 270 960 euros) referem-se a comissões de utilização de rede.

A rubrica de outros custos inclui o valor de 380 707 euros (2001: 3 029 555 euros) relativos a custos incorridos por serviços prestados pela F&C Londres à AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, nomeadamente *asset allocation*.

## 17 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Juros de títulos .....	18 129	24 412
Juros de depósitos e outras aplicações .....	189 057	269 886
	207 186	294 298

## 18 — Custos com pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em euros)	
	2002	2001
Remunerações .....	1 024 271	1 470 888
Encargos sociais obrigatórios .....	528 369	345 378
Encargos sociais facultativos .....	68 687	58 960
Outros custos .....	216	2 794
	1 621 543	1 878 020

O valor total das remunerações atribuídas aos órgãos da administração e fiscalização, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, registado na rubrica de custos com pessoal foi de 104 euros (2001: 21 768 euros).

O número médio de colaboradores ao serviço, no exercício de 2002 e 2001, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2002	2001
Direcção .....	6	6
Específicas/técnicas .....	11	18
Outras funções .....	17	23
	34	47

## 19 — Impostos sobre lucros:

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	2002
Carga fiscal imputada (dotações):	
Exercício de 2000 .....	2 950 719
Exercício de 2001 .....	2 048 009
Exercício de 2002 .....	3 000

## Carga fiscal paga:

Exercício de 2000 .....	1 894 684
Exercício de 2001 .....	1 503 687
Exercício de 2002 .....	1 464 457

## Diferença:

Exercício de 2002 .....	(1 461 457)
-------------------------	-------------

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais. A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga, para o exercício de 2002 encontra-se totalmente provisionada conforme referido na nota n.º 7.

## 20 — Pensões de reforma:

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o Fundo de Pensões do Grupo BCP o qual é gerido pela Pensões Gere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

De acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1.8, as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e respectivas cober-

turas, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Responsabil. por benef. projectados:		
Reformados e pensionistas .....	325 121	368 033
Pessoal no activo .....	1 483 966	1 112 803
	1 809 087	1 480 836
Valor do Fundo .....	(2 105 321)	(2 136 197)
	(296 234)	(655 361)
Provisões constituídas .....	(54 467)	—
Diferença de cobertura .....	(350 701)	(655 361)

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, o valor do corredor calculado de acordo com os avisos n.º 12/01 e n.º 7/02 ascende a 211 341 euros.

Os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de 311 900 euros encontram-se registados na rubrica de proveitos diferidos. O valor registado em proveitos diferidos será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1.8.

Em 2002, a sociedade contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de 360 540 euros (2001: 105 762 euros).

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal exigidos pelos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02. A análise comparativa destes pressupostos é apresentada como segue:

	(Em percentagem)	
	Fundo BCP	
	2002	2001
Taxa de crescimento salarial .....	3	3
Taxa de crescimento das pensões ...	2	2
Taxa de rendimento do Fundo .....	6	6
Taxa de desconto .....	6	6
Tábuas de mortalidade .....	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de invalidez .....	—	—
Taxa de turnover .....	—	—

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

## 21 — Contas extrapatrimoniais:

	(Em euros)	
	2002	2001
Compromissos perante terceiros .....	965 855	965 857
Responsabil. por prest. de serviços .....	298 576 004	6 972 363 099
Garantias reais .....	—	526 506

## 22 — Transacções intercompanhias:

As transacções e saldos mais significativos com as empresas do Grupo estão identificados nas notas correspondentes.

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível).*

### Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — VH e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — Não existem diferenças significativas entre a avaliação dos activos efectuada no balanço e a avaliação de mercado.

6 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não possuía participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidos.

7 — Os títulos de rendimento fixo detidos pela sociedade à data de 31 de Dezembro de 2002, encontram-se detalhados na nota n.º 3 às demonstrações financeiras.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detinha quaisquer créditos, sobre empresas com ligação de participação, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detinha quaisquer créditos, sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

10 — O inventário da carteira de títulos da sociedade à data de 31 de Dezembro de 2002 é apresentado conjuntamente com os mapas contabilísticos.

11 — O desenvolvimento das imobilizações incorpóreas e corpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.ºs 5 e 6, respectivamente, às demonstrações financeiras.

12 — Não existem títulos com carácter subordinado à data de 31 de Dezembro de 2002, na carteira da sociedade.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam créditos a prazo correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo.

15 — Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 a sociedade não efectuou qualquer reavaliação de imobilizações corpóreas e de imobilizações financeiras.

16 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem na sociedade financeira valores relativos a trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento.

17 — Não existem, na sociedade, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam débitos a prazo correspondentes às rubricas 1.b), 2.bb) e 3.b) do passivo.

19 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer débitos representados por títulos incluídos no passivo da sociedade.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo da sociedade, sobre empresas com as quais existia uma ligação de participação.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer débitos representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo da sociedade, sobre empresas com as quais existia uma ligação de coligação.

22 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer passivos subordinados incluídos no passivo da sociedade.

23 — O montante dos compromissos perante terceiros encontra-se discriminado na nota n.º 21 às demonstrações financeiras.

24 — Os montantes dos compromissos relativamente à responsabilidade contratada por pensões de reforma, encontram-se discriminados na nota n.º 20 às demonstrações financeiras.

25 — Os movimentos das contas de provisões estão apresentados nas notas n.ºs 3 e 11 às demonstrações financeiras.

26 — O critério para distinguir entre títulos de negociação, títulos de investimento e títulos da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos na nota n.º 1.5 às demonstrações financeiras.

27 — A composição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta das notas n.ºs 8 e 10 às demonstrações financeiras.

28 — A valorização da carteira de títulos é apresentada na nota n.º 3 às demonstrações financeiras.

29 — As variações ocorridas na estrutura de capitais da sociedade são apresentadas na nota n.º 12 às demonstrações financeiras.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2002 não existiam quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 7 e 9 às demonstrações financeiras.

32 — À data de 31 de Dezembro de 2002 e, no âmbito da sua actividade de gestão de patrimónios a sociedade administrava valores no montante global de 298 576 004 euros (2001: 6 972 363 099 euros).

33 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detinha operações a prazo sobre instrumentos financeiros.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço e respectiva ventilação por grandes categorias profissionais encontra-se referido na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração e fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, está referido na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão estão apresentados na nota n.º 15 às demonstrações financeiras.

37 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não possuía quaisquer elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira.

38 — Os proveitos registados nas rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da demonstração de resultados, tiveram origem a 100% em operações realizadas no mercado nacional.

39 — A composição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
<b>Outros custos de exploração:</b>		
Quotizações e donativos .....	13 213	19 254
Diversos .....	48	200
	<u>13 261</u>	<u>19 454</u>
<b>Perdas extraordinárias:</b>		
Perdas de exercícios anteriores .....	717 698	40 506
Outras perdas extraordinárias .....	13 729	1 546
	<u>731 427</u>	<u>42 052</u>
<b>Outros proveitos de exploração:</b>		
Reembolso de despesas .....	—	—
Outros proveitos de exploração .....	118 477	55 603
	<u>118 477</u>	<u>55 603</u>
<b>Ganhos extraordinários:</b>		
Mais-valias em imobilizações .....	6 355	—
Outros ganhos de exercícios anteriores .....	137 413	142 457
Outros ganhos extraordinários .....	274 772	924
	<u>418 540</u>	<u>143 381</u>

40 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existiam quaisquer encargos imputados e encargos pagos relativos a passivos subordinados.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios está apresentada na nota n.º 19 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas da sociedade são objecto de consolidação pelo método integral na sociedade AF Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da, com sede na Rua Augusta, 62, 74 1100-053 Lisboa.

44 — A sociedade não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — Não se aplica, uma vez que a sociedade não detinha operações de locação financeira na óptica de locatário, à data de 31 de Dezembro de 2002.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do Capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Não existem montantes incluídos nos resultados da sociedade provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio.

48 — Não existem operações de titularização à data de 31 de Dezembro de 2002.

49 — As informações de natureza quantitativa e qualitativa, sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência estão apresentadas na nota n.º 20.

50 — A AF Investimentos Fundos — Gestão de Patrimónios, S. A., não possui à data de 31 de Dezembro quaisquer participações financeiras enquadráveis no aviso n.º 4/2002.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem apreciação diferente da situação financeira da sociedade.

O Conselho de Administração: *Fernando Jorge de Figueiredo Ribeiro — João do Passo Vicente Ribeiro — Isabel Maria dos Santos Raposo.* — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Para os efeitos previstos no artigo 451.º, n.º 3 do Código das Sociedades Comerciais e nos termos do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, examinámos as demonstrações financeiras anexas de AF-Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, a demonstração de resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo e a demonstração dos fluxos de caixa, documentos estes que evidenciam os seguintes totais:

	(Em euros)	
	2002	2001
Activo líquido .....	6 521 457	21 068 234
Capital próprio .....	3 653 475	13 131 757
Resultado líquido .....	(1 059 986)	3 798 888

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto o referido exame inclui, tendo em conta o acompanhamento das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de AF-Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, e o resultado das suas operações, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos consignados no Plano Oficial de Contabilidade Português aplicável ao sector Bancário, e normas complementares, tidas em conta as especificidades do sector financeiro e o grupo de que a empresa faz parte.

7 — Sem afectar a opinião acabada de emitir, os resultados do exercício, conforme bem expressa o conselho de administração no seu relatório, não são comparáveis com os do exercício de 2001, face às alterações estruturais e conjunturais havidas, nomeadamente a cessação do exercício da actividade de gestão de clientes institucionais em benefício da F & C Portugal, S. A., efectuada no âmbito da parceria com o Grupo Eureka, com a devida aquiescência da CMVM.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2003. — Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Joaquim Pereira Silvano*, revisor oficial de contas

### Relatório e parecer do fiscal único

Em cumprimento das normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de VV. Ex.ªs o presente relatório e parecer sobre os documentos legais de prestação de contas relativos ao exercício de 2002 e reportados a 31 de Dezembro de 2002, que nos foram presentes em devido tempo pelo conselho de administração da AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A.

1 — Ao longo do exercício, acompanhámos a gestão da sociedade e procedemos à sua fiscalização nos diferentes domínios que por lei nos competem, pelas formas que achámos mais convenientes, nomeadamente através de reuniões trimestrais conjuntas com a administração e da análise de elementos contabilístico-financeiros que nos foram apresentados. Foram proporcionados, com a devida oportunidade, todos os elementos complementares solicitados.

2 — Em todo o nosso trabalho de verificação, análise e fiscalização, não nos apercebemos de incumprimentos de normativos legais ou institucionais relevantes, continuando a empresa a melhorar os sistemas de controlo interno, por forma a torná-los mais eficazes e de harmonia com as exigências do Banco de Portugal, como entidade supervisor. Acerca dos mesmos remetemos o necessário parecer, nos termos legais e regulamentares.

3 — Apreciado o relatório anual do conselho de administração, constatámos que o mesmo está de harmonia com as contas apresentadas e reflecte, com fidelidade, a forma como decorreu a vida da sociedade durante o exercício económico de 2002.

Nele vêm expressos com clareza e objectividade os factores e as variáveis que condicionaram a actividade havida no exercício, a respectiva gestão e os consequentes resultados negativos. O mesmo rela-

tório contém as perspectivas que se desenham, no sentido de capacitar a empresa para índices de rentabilidade normais. É de salientar que a capacidade de gestão proporcionada pelo nível actual dos capitais próprios sem a consideração dos resultados do exercício, de acordo com o Decreto-Lei n.º 323/99, de 13 de Agosto, permite expandir a gestão de fundos para 13,5 vezes os activos gestão actuais (298,5 milhões de euros).

4 — Analisámos os documentos cuja emissão nos compete legalmente, como Revisor Oficial de Contas e sobre os mesmos emitimos o documento de certificação legal, sem quaisquer reservas.

Face ao exposto, somos de parecer que a assembleia geral dos accionistas:

Aprove o relatório do conselho de administração, o balanço, demonstração de resultados e respectivo anexo e a demonstração dos fluxos de caixa, todos referentes ao exercício de 2002;

Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada por aquele conselho no seu relatório;

Aprove um voto de louvor ao conselho de administração e a cada um dos seus membros, extensivo aos demais trabalhadores, pelo bom desempenho das suas funções.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2003. — O Fiscal Único, Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Joaquim Pereira Silvão*, revisor oficial de contas.

### Relatório da actividade fiscalizadora

1 — Tem este Relatório por fim dar cumprimento ao disposto no artigo 451.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

2 — Efectuámos a revisão legal da AF-Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., e o exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, de acordo com as Normas Técnicas aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária, dadas as características da sociedade e ainda a disponibilidade de relatórios e pareceres de auditores externos sobre o mesmo exercício.

3 — De entre outros, levámos a efeito os seguintes procedimentos:

Acompanhamento da gestão da empresa, através da participação em reuniões havidas com a administração e da leitura das actas, relatórios, dossiers e informações relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.

Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e que se encontram divulgadas no anexo ao balanço e demonstração de resultados.

Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, a demonstração de resultados e o respectivo anexo e a demonstração de fluxos de caixa, com as normas constantes do Plano Oficial de Contabilidade para o sector bancário.

Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos que lhes servem de suporte.

Análise, em geral, dos sistemas de controlo interno, atendendo à especificidade da empresa: natureza, dimensão, meios informáticos utilizados, qualificação do pessoal e enquadramento no grupo económico de que faz parte (Grupo BCP) e a elaboração do respectivo parecer, solicitação do Banco de Portugal.

Análise da informação financeira divulgada, nomeadamente junto das entidades superiores, tendo sido efectuados os testes considerados indispensáveis, sempre com a preocupação de não sobrepor procedimentos que foram executados pelos auditores externos.

4 — Apreciamos a conformidade do relatório de gestão com as contas do exercício de 2002, o qual satisfaz os requisitos legais, complementa-as e com elas se harmoniza.

5 — Solicitamos a declaração do órgão de gestão prevista nas directrizes técnicas da revisão legal de contas.

6 — Nesta oportunidade, agradecemos a excelente colaboração recebida do conselho de administração e dos serviços.

Lisboa, 20 de Janeiro de 2003. — Álvaro, Falcão & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Joaquim Pereira Silvão*, revisor oficial de contas

### Relatório dos auditores

Examinámos as demonstrações financeiras da AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., em 31 de Dezembro de 2002 e 2001. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm, ou não, distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas.

Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam, de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — O Auditor, *KPMG*.

### Acta n.º 38 da assembleia geral

Aos 20 de Fevereiro de 2003, pelas 15 horas 30 minutos, reuniu, na Rua Augusta, n.º 62, em Lisboa, por a sede não apresentar condições para o efeito, a assembleia geral da AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A., pessoa colectiva n.º 501884882, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 66 861, com o capital social de 2 309 233 euros e sede na Av. José Malhoa, Lote 1686, em Lisboa.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, Dr. José Afonso Gil, que foi secretariado pela secretária da sociedade, Dr.ª Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues.

O presidente declarou que, conforme a lista de presenças que lhe foi presente e que rubricou, se encontrava devidamente representado o accionista AF Investimentos, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª

Encontravam-se ainda presentes membros do conselho de administração, tendo os ausentes justificado a sua falta, bem como o fiscal único.

Pelo representante do accionista foi declarado que se pretendia reunir em assembleia geral universal para deliberar sobre a ordem de trabalhos.

Em consequência, o presidente da mesa declarou a assembleia constituída, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Submetido à apreciação o primeiro ponto da ordem de trabalhos, todos os presentes conheciam o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, o presidente colocou à votação os documentos em análise, tendo o representante do accionista único procedido à sua aprovação.

Posto à apreciação o segundo ponto da ordem de trabalhos e como ninguém desejasse usar da palavra, foi submetida à votação e aprovada

pelo representante do accionista a proposta do conselho de administração de aplicação de resultados, do seguinte teor:

«O conselho de administração, considerando o nível de capitalização atingido pela sociedade e as necessidades de capitais próprios face à evolução prevista do volume de activos sob gestão enquadradas pelos mínimos legais que regulam a relação entre aqueles factores propõe, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado negativo do exercício de 2002, no montante de 1 059 985,63 euros, seja transferido para resultados transitados.»

No âmbito do terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi apresentada e aprovada pelo representante do accionista a seguinte proposta:

«Considerando a forma completa e esclarecedora como a actividade da sociedade está descrita no relatório distribuído, bem como o modo exaustivo como as contas esclarecem o respectivo conteúdo e a actuação do fiscal único, cujo valioso contributo transparece do respectivo parecer, proponho que esta assembleia se congratule com a forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, expressando um voto de confiança e de louvor à actividade desenvolvida por aqueles órgãos sociais e por cada um dos respectivos membros.»

Esgotada a ordem de trabalhos, o presidente, após ter agradecido a todos os presentes a colaboração prestada no decurso da assembleia, deu por encerrada a sessão, dela tendo sido elaborada a presente acta que, após ter sido aprovada, vai ser assinada pelos presidente da mesa e secretária da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: José Afonso Gil, presidente — Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues, secretária. 2009214714

## BANCO EXPRESSO ATLÂNTICO, S. A.

### Relatório n.º 8-E/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 6919; identificação de pessoa colectiva n.º 502257520; data da apresentação: 29 de Março de 2004.

Maria Irene Palma, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas, da sociedade em epígrafe do ano de 2003.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 9 de Março de 2005. — A Segunda-Ajudante, Maria Irene Palma.

### Relatório e contas de 2003

#### Relatório do conselho de administração

O Banco Expresso Atlântico, completou em 2003, sete anos de actividade exclusiva de *in-store banking*, tendo a sua constituição em

1996, resultado de uma *joint-venture* pioneira à escala mundial entre um Grupo Financeiro — Grupo Banco Comercial Português — e um Grupo de Distribuição — Grupo Jerónimo Martins — o qual funciona exclusivamente no interior das superfícies de distribuição supermercados Pingo Doce e hipermercados Feira Nova.

Em 2001, o Banco Comercial Português, adquiriu a participação detida pela Jerónimo Martins no Banco Expresso Atlântico, fruto do acordo de colaboração então estabelecido, mantendo as linhas de actuação que presidiram ao seu lançamento, mas num contexto de maior integração do Banco no novo modelo comercial de negócios de retalho do Banco Comercial Português, com o consequente alinhamento da comunicação no ponto de venda e do plano de acções comerciais.

A evolução do número de lojas, assim como dos recursos e do Crédito do Banco Expresso Atlântico no ano 2003, pode ser resumida no seguinte quadro de indicadores:

Indicadores	(Em milhares de euros)	
	2002	2003
Número de lojas .....	54	55
Recursos de clientes .....	72 462	75 384
Crédito concedido/intermediado .....	524 443	677 502
Resultado líquido .....	1 036	1 651

O volume de negócios total registou um aumento de 26,1% em 2003, ultrapassando os 752 milhões de euros, sendo de destacar a evolução do crédito concedido/intermediado, com um aumento de 29,2%, fruto do desempenho obtido no segmento do crédito à habitação.

Os resultados líquidos cifraram-se em 1651 milhares de euros, situando-se acima do valor orçamentado e superando em 59,4% os resultados obtidos no ano de 2002.

Para esta evolução contribuiu favoravelmente, a par do crescimento do volume de crédito concedido/intermediado, o comportamento dos custos de transformação, cujo decréscimo resultou de todo o esforço de racionalização concluído no último trimestre de 2002.

Durante o exercício de 2003 foi lançado o Cartão Dominó Visa, em parceria com o Grupo Jerónimo Martins, assumindo-se este produto como um importante factor de ligação do Banco com o seu espaço envolvente. Em 31 de Dezembro de 2003, o número de Cartões Dominó Visa emitidos atingiu já os 16 160.

Na sequência da decisão de conselho de administração do Banco Comercial Português, este Banco irá, nos primeiros meses de 2004, incorporar por fusão o Banco Expresso Atlântico, integrando-se as suas 55 lojas na Rede Millennium bcp, adaptando uma política de relação com o cliente adequada à sua localização.

#### Proposta de aplicação dos resultados

De acordo com o disposto na alínea f) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 22.º dos Estatutos, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Reforço de reserva legal — 165 090,73 euros.  
Cobertura de resultados transitados — 1 485 816,60 euros.

Lisboa, 12 de Janeiro de 2004. — O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

### Balanço em 31 de Dezembro de 2004

#### ACTIVO

	2003			2002
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	1 175 504	—	1 175 504	1 528 476
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	14 814 445	—	14 814 445	14 052 955
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	33 966 550	—	33 966 550	52 783 358
4 — Crédito sobre clientes .....	40 106 425	(1 071 817)	39 034 608	32 130 595
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo .....	15 373	—	15 373	58 419
a) De emissores públicos .....	15 373	—	15 373	58 419
b) De outros emissores .....	—	—	—	—
(Dos quais: títulos próprios) .....	—	—	—	—